



## Senadores buscam proposta para crime de terrorismo

Pedro França/Agência Senado



Jucá (C), relator do PLS 499, defende o texto como norteador do substitutivo a ser redigido por Eunício (de braços cruzados)

Debate sobre o assunto ganhou força após a morte do cinegrafista Santiago Andrade. Alguns parlamentares temem que as manifestações de rua venham a ser consideradas atos terroristas pelos textos em discussão

O Projeto de Lei do Senado 499/2013 teve a votação adiada por falta de entendimento. A proposta define como terrorismo o ato de provocar pânico mediante ofensa à vida, à integridade física, à saúde ou à privação da liberdade de pessoa. Alguns senadores avaliam que o texto pode acabar

enquadrando protestos como atos terroristas. Cabe agora ao senador Eunício Oliveira apresentar um substitutivo que também leve em conta outras propostas. O presidente do Senado, Renan Calheiros, desvincula a definição de terrorismo das ações violentas cometidas em manifestações. **3**

**Congresso volta a examinar vetos presidenciais na terça-feira 2**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Renan preside sessão de promulgação entre o presidente da Câmara, Henrique Alves, e o autor da proposta, Marcelo Crivella

**Ensino de educação física na escola básica exigirá profissional 4**

**Serviços bancários podem ficar mais acessíveis a pessoas com deficiência 7**

**Parlamentares ouvirão ministra sobre liberação de emendas 8**

**Militares poderão atuar na saúde civil**

Emenda constitucional promulgada ontem pretende evitar a constante evasão de profissionais de saúde das Forças Armadas, permitindo que exerçam cargo semelhante no serviço público civil para melhorar atendimento nas fronteiras. **6**

### Internautas apoiam legalização da maconha

Proposta apresentada no Portal e-Cidadania recebeu 20 mil apoios on-line e pode ser transformada em projeto de lei pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Parti-

cipativa. Diante da polêmica, senadores defendem debates com especialistas e recomendam comparação com experiências em outros países, como o caso recente do Uruguai. **5**

Manifestantes a favor da legalização têm promovido atos como a Marcha da Maconha, em São Paulo



Marcelo Corrêa/ABR

**CONSULTA PÚBLICA**

**PLS 397/2011**  
Prazo de validade do exame da OAB

**até 7 de março**

**Opine sobre esta discussão.**

informações sobre o projeto: <http://bit.ly/1kk4nSl>  
participação: <http://bit.ly/OAB1aFase>



Secom | Criação e Marketing



# Congresso se reúne na terça para examinar vetos

Veto mais polêmico foi dado ao projeto que regulamentava a criação, fusão, incorporação e o desmembramento de municípios. Presidente Dilma alegou contrariedade ao interesse público

O CONGRESSO SE reúne na terça-feira para examinar quatro vetos presidenciais. A sessão está marcada para as 19h, no Plenário da Câmara dos Deputados. O item mais polêmico é o que resultou na rejeição integral de projeto que facilitava a criação de municípios. Também estão na pauta os vetos sobre o repasse de recursos públicos às universidades comunitárias, o que normatiza a travessia de pedestres perto de escolas e o que regula a condução de veículos de emergência. Desde dezembro, com a promulgação da Emenda Constitucional 76,

deputados e senadores apreciam vetos em votação aberta.

A presidente Dilma Rousseff vetou totalmente o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 98/2002 — Complementar, que estipulava novas regras para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. Em tese, a proposta, de autoria de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), possibilitaria a criação de aproximadamente 400 novas cidades.

Para Dilma, o projeto contraria o interesse público porque “o crescimento de despesas

não será acompanhado por receitas equivalentes, o que impactará negativamente a sustentabilidade fiscal e a estabilidade macroeconômica”.

De acordo com Mozarildo, foi feita uma leitura equivocada do projeto, ao supor-se que o resultado será aumento de gastos públicos. O senador afirmou que, caso a lei que propôs estivesse em vigor há dez anos, 2.800 municípios não teriam sido criados. Ele lembrou que, pela primeira vez, é exigido um estudo de viabilidade tanto do município a ser criado quanto do que será desmembrado.



Renan Calheiros preside a reunião de líderes em que se decidiu adiar a votação da MP 626, o que manteve a pauta trancada

## Sem votação de MP, pauta segue trancada

A votação da Medida Provisória (MP) 626/2013, que abre crédito extraordinário de R\$ 2,5 bilhões para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), foi adiada. O presidente do Senado, Renan Calheiros, tomou a decisão com base em um acordo de lideranças. Com o adiamento da votação da MP, a pauta do Senado continua trancada.

Renan aproveitou para convocar uma reunião de líderes

para o dia 18. O encontro, segundo ele, vai permitir que cada líder aponte as prioridades dos partidos para a construção de um calendário de votações.

— Vamos fazer um esforço para compatibilizar o calendário eleitoral com o funcionamento do Senado — disse o presidente da Casa.

O acordo sobre o adiamento da votação da MP surgiu no Plenário, por sugestão do líder

do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM). O líder do DEM, José Agripino (RN), concordou com o acordo. Ele disse que assim será possível fazer uma agenda de prioridades para o primeiro semestre “sem ruído e com tranquilidade”.

Devido ao trancamento da pauta, não pôde ser votado o Projeto de Lei do Senado (PLS) 499/2013 — que tipifica o terrorismo. (leia mais na página 3).

## Gleisi presta contas do trabalho como ministra

Em pronunciamento ontem, Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que, após dois anos e sete meses no comando da Casa Civil, está de volta ao Senado, trabalhando em regime de dedicação exclusiva “para exercer, com força, coragem, disposição e alegria, o mandato de senadora da República”.

Ela afirmou que a experiência no Executivo federal foi gratificante e explicou que tem defendido o governo nos últimos anos. A senadora concluiu que o projeto social em andamento é vitorioso por várias

razões. Uma delas, segundo ela, é o apoio dos aliados no Legislativo e o diálogo com todos os setores da sociedade.

Para a senadora, é importante manter a união construída com base no diálogo e “renovada por um objetivo fundamental: melhorar as condições de vida do povo brasileiro para edificar um novo Brasil”.

— A verdade é que nós estamos mudando as coisas porque é preciso mudá-las. E todos os índices que indicam acesso à educação, à saúde e à assistência social são cres-

centes. Na Casa Civil, eu tive a oportunidade de acompanhar esses avanços e conferir que a vida das pessoas está melhorando cada vez mais — afirmou.



Gleisi foi saudada por diversos senadores enquanto falava da tribuna

## Sessão do Senado vai lembrar os 50 anos do golpe militar de 1964

O Senado fará uma sessão especial em 31 de março para lembrar os 50 anos do golpe militar de 1964, que cassou o presidente João Goulart e, mais tarde, ocasionou



que os jovens conheçam a história e contribuam para o aperfeiçoamento da democracia.

### Diretas Já

A sessão especial do Senado para

lembrar os 30 anos da campanha Diretas Já, aprovada na semana passada, ocorrerá no dia 24. No requerimento para realização da sessão, Alvaro Dias (PSDB-PR) lembra que o comício considerado o primeiro grande evento da campanha ocorreu no dia 12 de janeiro de 1984, em Curitiba.

Naquele ano, com o país ainda sob regime militar, uma série de manifestações populares pediu eleições diretas para a escolha do novo presidente, sucessor de João Figueiredo.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Crédito para Fies

14h A medida provisória (MP 626/2013) que concede crédito para o Fundo de Financiamento Estudantil continua trancando a pauta.

#### PRESIDÊNCIA Remédio sem imposto

15h45 Renan Calheiros recebe o senador Vital do Rêgo e integrantes da Frente Parlamentar para a Desoneração dos Medicamentos; às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

#### CI Diretor da ANTT

7h30 A Comissão de Serviços de Infraestrutura analisa a recondução de Jorge Luiz Macedo Bastos ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Também na pauta projeto sobre o controle de obras federais.

#### CAS Seguridade social

9h Comissão analisa projeto que assegura que parte do orçamento da seguridade social seja destinada a benefícios de caráter contributivo da Previdência Social.

#### CCJ Atividade exclusiva

10h Na pauta, projeto que caracteriza como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal.

#### CDH Penitenciária de Pedrinhas

11h A Comissão de Direitos Humanos analisa relatório sobre diligência realizada no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão. Em seguida, aprecia projetos como o que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. Outro projeto altera a Lei de Ação de Alimentos para impedir a prisão do idoso devedor de obrigação alimentícia.

#### INFRAESTRUTURA Desenvolvimento

14h Reunião de trabalho e apreciação de requerimentos na Subcomissão de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, reunião da **Comissão de Serviços de Infraestrutura**; e, às 11h, reunião da **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio)

### TV SENADO

ATV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



# Senado adia discussão para buscar texto de consenso sobre terrorismo

Parlamentares temem que, se a definição do crime não ficar clara, protestos e manifestações possam ser considerados atos terroristas

EM BUSCA DE um entendimento, o Senado adiou a discussão do projeto que visa definir o crime de terrorismo na legislação penal. A decisão veio após reunião dos líderes partidários com o presidente do Senado, Renan Calheiros.

O PLS 499/2013, elaborado pela comissão mista de consolidação de leis, constava da pauta de ontem. Ele tipifica como terrorismo o ato de provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa ou tentativa de ofensa à vida, à integridade física, à saúde ou à privação da liberdade de pessoa. A pena é de 15 a 30 anos de reclusão e de 24 a 30 anos, se a ação resultar em morte. Eunício Oliveira (PMDB-CE) será o relator do texto, que deve ser votado na forma de substitutivo, possivelmente dentro de duas semanas.

— No substitutivo, o relator vai procurar contemplar a unanimidade ou um consenso amplo, porque há muitas divergências — disse o líder do PT, Humberto Costa (PE).

A discussão ganhou força após a morte do cinegrafista Santiago Andrade, atingido por um rojão na cobertura de uma manifestação no Rio de Janeiro, na semana passada. Uma das maiores preocupações dos senadores é evitar que protestos possam ser considerados atos de terrorismo.

## Raupp cobra resposta imediata a violência em protestos

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) se solidarizou com a família de Santiago Andrade, cinegrafista morto anteontem.



Pedro França/Agência Senado

Para ele, os métodos que levaram à morte de Santiago estão no limiar de atos terroristas e, por isso, é preciso que o governo seja enérgico no combate a esse tipo de crime.

O senador advertiu que órgãos de comunicação estrangeiros já repercutem os episódios de violência, o que pode tirar o brilho da Copa do Mundo. Por isso, ressaltou, o momento de agir é agora.

— Neste ano em que celebramos os 30 anos do mítico movimento das Diretas Já, que precipitou a transição do poder militar para o poder civil, é inadmissível a existência de grupelhos radicais que privam a sociedade de seus direitos.



Pedro França/Agência Senado

Aloysio Nunes, Pedro Taques, Cyro Miranda (de costas) e Eduardo Braga: substitutivo deve ser votado em duas semanas

Humberto Costa e o líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), defenderam a aprovação da proposta na forma de outro texto, o previsto no projeto do novo Código Penal (PLS 236/2012), em tramitação na Casa. Para eles, o PLS 499/2013 deixa muito aberta a caracterização do crime. Já para Romero Jucá (PMDB-RR), que relatou o projeto na comissão mista, o PLS 499/2013 deve nortear a elaboração do novo texto.

— O texto do projeto do Código Penal é sucinto, não cria penalização e é muito menos abrangente — disse.

O texto de Jucá tem apoio do líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), que o considera

mais elaborado tecnicamente.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse esperar que o substitutivo seja melhor que os dois textos existentes, mas afirmou não ter muita esperança.

— Classificação de terrorismo, genérica como está, é um instrumento contra qualquer mobilização da sociedade civil organizada — protestou.

Na visão de Randolfe, os textos que tipificam o terrorismo buscam atender o que pede a Federação Internacional de Futebol (Fifa), a quem o país não deveria se submeter. Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o PLS 499/2013 precisa ser revisto com cuidado.

— Pode se tornar uma lei muito temerária, que, nas mãos

de quem quiser tomar decisões que impeçam manifestações, vai permitir isso — disse.

## Cinegrafista

Todos os senadores que falaram sobre o assunto disseram considerar o ato que gerou a morte do cinegrafista um homicídio, que deve ser punido de acordo com o Código Penal, e não terrorismo.

Renan desvinculou da definição de terrorismo ações de vandalismo e depredação cometidas em protestos.

— Terrorismo não tem nada a ver com isso. Nós precisamos agravar as penas, punir exemplarmente, esclarecer e votar a legislação. Temos que compatibilizar todas as liberdades.

## Eduardo Suplicy pede voto de pesar por morte de cinegrafista

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou voto de pesar pela morte do cinegrafista Santiago Andrade. Ele comentou que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República vai propor medidas para a proteção de jornalistas e que a Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert) pediu punição exemplar.

Suplicy disse que, segundo o Conselho de Comunicação Social do Congresso, houve mais de 100 agressões contra jornalistas nos protestos de 2013. Neste ano, já foram três.

— Não acredito na solução de problemas por meios violentos. Que a tragédia se torne um alerta para os que em manifestações têm optado pela violência, destruição e danos de toda ordem, em especial, contra seres humanos.

## Anibal Diniz quer mais rigor contra crimes em manifestações de rua

Anibal Diniz (PT-AC) defendeu a votação de projeto que criminalize as ações de pessoas que se aproveitam das manifestações de rua para lançar artefatos incendiários. Para ele, só assim será possível “conter a onda de violência praticada por uma minoria que, de rosto encoberto, se aproveita para ferir e matar pessoas”.

Anibal lembrou que o governo reconhece a liberdade de manifestação, desde que seja garantida a integridade física das pessoas e preservado o patrimônio público. No entanto, disse, 109 profissionais de imprensa já sofreram ataques.

— É hora de dar um basta, de aplicar punições legais severas a todas essas pessoas e grupos que se misturam aos verdadeiros manifestantes e disseminam a perda e a dor.

## Jorge Viana condena porte de armas em atos populares

Jorge Viana (PT-AC) destacou ontem a importância de o Senado não alterar a legislação de forma a ameaçar o direito de manifestação. Ele condenou, porém, a presença de pessoas mascaradas que praticam atos de violência.

— Não podemos aceitar que pessoas portem armas. Andar com rojão, bombas e explosivos é ferir a Constituição.

O senador leu trechos de artigo de Jânio de Freitas, para quem a morte de Santiago Andrade foi fruto de um assassinato dirigido a um jornalista, e não obra do acaso. Para Viana, desde junho a sociedade pôde identificar grupos com intenções que vão de encontro ao regime democrático.

Ele defendeu a aprovação de propostas que visem evitar atos de violência nas manifestações.



Pedro França/Agência Senado



Pedro França/Agência Senado



Pedro França/Agência Senado

## Na pauta

### PROPOSTA DA COMISSÃO MISTA DE REGULAMENTAÇÃO DE LEIS E DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS (PLS 499/2013)

■ **Definição de terrorismo:** Provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa ou tentativa de ofensa à vida, à integridade física ou à saúde ou à privação de liberdade da pessoa. Pena de reclusão de 15 a 30 anos ou de 24 a 30 anos, se resultar morte.

■ **Financiamento ao terrorismo:** Oferecer, obter, guardar, manter em depósito, investir ou contribuir para a obtenção de ativo, bem ou recurso financeiro com o objetivo de financiar, custear ou promover prática de terrorismo, ainda que os atos não venham a ser executados. Pena de reclusão de 15 a 30 anos.

■ **Favorecimento pessoal no terrorismo:** Dar abrigo ou guarida a pessoa que, sabidamente, tenha praticado ou esteja por praticar crime de terrorismo. Pena de três a oito anos de reclusão.

■ **Formação de grupo terrorista:** Associação de três ou mais pessoas para a prática de atos terroristas. Pena de reclusão de 5 a 15 anos.

■ **Terrorismo contra coisa:** Provocar ou infundir pânico generalizado mediante dano a bem ou a serviço essencial. Pena: reclusão de 8 a 20 anos.

### O QUE PREVÊ A PROPOSTA DE REFORMA DO CÓDIGO PENAL (PLS 236/2012)

Na tipificação do crime de terrorismo, o projeto relaciona uma série de ações para atingir determinados fins:

I) Usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos ou outros meios capazes de causar danos ou promover destruição ou ofensa massiva ou generalizada.

II) Incendiar, depredar, saquear, explodir ou invadir qualquer bem público ou privado.

III) Interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática e bancos de dados.

IV) Sabotar o funcionamento ou apoderar-se, com grave ameaça ou violência a pessoas, do controle, total ou parcial, ainda que de modo temporário, de meios de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios esportivos, instalações públicas ou locais onde funcionem serviços públicos essenciais, instalações de geração ou transmissão de energia e instalações militares.

Só fica caracterizado o terrorismo se tais ações tiverem duas finalidades: forçar autoridades públicas, nacionais ou estrangeiras, ou pessoas que ajam em nome delas, a fazer o que a lei não exige ou a deixar de fazer o que a lei não proíbe; ou obter recursos para a manutenção de organizações políticas ou grupos armados, civis ou militares, que atuem contra a ordem constitucional e o Estado democrático. Fica também caracterizado o terrorismo se as ações forem motivadas por preconceito de raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, origem, gênero, sexo, identidade ou orientação sexual, condição de pessoa idosa ou com deficiência, ou por razões políticas, ideológicas, filosóficas ou religiosas.

■ **Financiamento do terrorismo:** Oferecer ou receber, obter, guardar, manter em depósito, investir ou de qualquer modo contribuir para a obtenção de ativos, bens e recursos financeiros que visem financiar, custear ou promover a prática de terrorismo, ainda que os atos não venham a ser executados. Pena: prisão de 8 a 15 anos.

■ **Favorecimento pessoal no terrorismo:** Dar abrigo ou guarida a pessoa de quem se saiba ou deva saber que tenha praticado ou esteja por praticar crime de terrorismo. Pena: prisão de quatro a dez anos.



Proposta foi aprovada, apesar da dúvida de alguns senadores sobre efetividade. Originária da Câmara, irá à sanção presidencial, caso seja confirmada pelo Plenário do Senado

# Educação física na escola exigirá profissional

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto de lei prevendo que o ensino de educação física em todas as etapas da educação básica seja feito exclusivamente por professores licenciados na área. Com origem na Câmara dos Deputados, o PLC 116/2013 sugere prazo de cinco anos, a partir da vigência da lei, para que estados e municípios implantem a medida.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) flexibiliza o requisito na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. Nessas etapas, tanto o professor de educação física quanto os das demais disciplinas podem ter formação de nível médio.

“Devido a essa abertura, é comum que professores sem qualificação específica assumam a responsabilidade pela prática do componente curricular nessa fase da educação básica, colocando em risco a saúde física e cognitiva dos discentes”, destacou o relatório do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), com



Cyro Miranda, presidente da Comissão de Educação, coordena reunião: medida deverá ser implantada em cinco anos

recomendação favorável.

Para o relator, a adoção da exigência do profissional também para as séries iniciais é justificável em razão da relevância da formação motora na primeira infância (de zero a 6 anos) e da necessidade de o processo ser conduzido por profissionais com qualificação específica.

## Dúvidas

Acompanhando a reunião, profissionais de educação física e dirigentes de entidades

festejaram a aprovação da matéria, que agora seguirá ao Plenário para decisão final. No entanto, alguns senadores mostraram dúvidas sobre a aplicabilidade da proposta. A preocupação é a de que municípios em lugares mais remotos não consigam contar com graduados em educação física para ocupar os novos postos exclusivos.

Primeira a levantar a questão, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou, por exemplo, que na Amazônia

tem sido difícil implantar o Programa Segundo Tempo, que oferece atividades de esporte para jovens no turno oposto ao que estudam. O problema seria exatamente a falta de profissionais de educação física, uma das exigências. Também fez correlação com o Mais Médicos, lembrando que o programa foi criado para superar a carência de médicos nos locais mais distantes.

— Não devemos botar em lei algo que não vai se aplicar a todos os municípios —

argumentou a senadora.

Vanessa indicou que não formalizaria pedido de vista da matéria, pois daria a ideia de que ela tivesse posição contrária. Mas apelou para um diálogo com os profissionais e até com o Ministério da Educação para uma readequação do texto.

O presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), disse que esse encaminhamento só seria possível com a concordância de Lindbergh Farias. No entanto, o relator defendeu a votação ainda no dia. Segundo ele, a aprovação na comissão não iria “fechar” os entendimentos, o que poderia acontecer antes da votação em Plenário.

Cristovam Buarque (PDT-DF), ao apoiar a proposta, observou que a solução para a carência de professores e outros problemas da educação básica é a federalização dessa etapa de ensino. Armando Monteiro (PTB-PE) compartilhou as dúvidas de Vanessa e disse que se empenhará para a construção de um ajuste no texto na fase de Plenário.



Estudantes da UniverCidade e da Gama Filho protestam contra fechamento

## Universidades fechadas e obras da Copa serão temas de audiências

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem requerimentos para a realização de duas audiências públicas. Uma vai avaliar a situação dos estudantes da Universidade Gama Filho e do Centro Universitário da Cidade (UniverCidade), do Rio de Janeiro, que, em crise econômico-financeira, acabaram descredenciadas pelo Ministério da Educação. A segunda visa debater a situação das obras relacionadas à Copa do Mundo.

Para a audiência sobre os estudantes, a CE pretende contar com o novo ministro da Educação, Henrique Paim. Ana Amélia (PP-RS), autora do pedido, propôs que a audiência aconteça em março para que haja mais tempo de avaliar as medidas já anunciadas pelo governo.

Ana Amélia informou que já esteve no Ministério da Educa-

ção, com Paulo Paim (PT-RS) e Lindbergh Farias (PT-RJ). O presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), observou que muitos estudantes estão em desespero porque o ano acadêmico já começou e eles não conseguiram remoção.

Por sugestão de Cristovam Buarque (PDT-DF), a CE deve fazer audiência para examinar melhor a situação das universidades privadas.

— Há uma bolha especulativa que, em algum momento, vai explodir — assinalou o senador.

Em relação ao debate sobre as obras ligadas à Copa, sugestão de Alvaro Dias (PSDB-PR), a ideia é convidar o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Maurício de Albuquerque Wanderley. Alvaro explica que o objetivo é tirar dúvidas sobre as obras, como estágio de avanço e custos.

## Aprovado projeto sobre dia do engenheiro e da construção civil

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou, em turno suplementar, o substitutivo ao projeto que institui o Dia Nacional da Construção Civil e dos Profissionais da Engenharia Civil, a ser celebrado em 25 de outubro. A data corresponde ao dia da beatificação de Frei Antônio de Sant’Ana Galvão, o padroeiro da construção civil no país.

O projeto (PLS 348/2013), de José Agripino (DEM-RN), deverá seguir direto para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para que vá ao Plenário. O autor explica que o objetivo é reconhecer a importância da construção civil e dos profissionais que atuam nessa área para o progresso nacional e conceder a Frei Galvão “mais uma justa homenagem”.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010 a construção civil empregou cerca de 25 milhões de pessoas, gerando pagamentos com mão de obra de cerca de R\$ 63,1 bilhões.

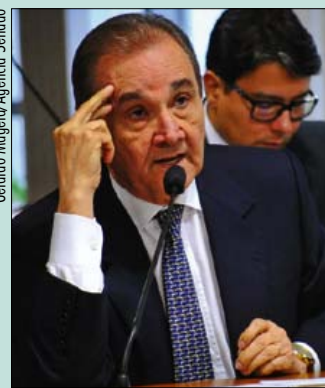
O relator, Benedito de Lira (PP-AL), argumenta que é inegável a importância estratégica da construção civil

e o mérito da homenagem ao beato. O substitutivo incluiu o nome de Antônio de Sant’Ana Galvão, Frei Galvão, no título do projeto.

### Bolsa-atleta

Foi adiado o exame dos demais projetos terminativos, cuja votação exigia quórum ampliado. Entre esses, estava o PLS 332/2009, que estende o auxílio do Programa Bolsa-Atleta aos técnicos. Outros dois, em exame conjunto, dispõem sobre a escolha dos dirigentes escolares (PLSs 328/2005 e 344/2007).

Foi ainda adiada a votação de dois projetos da Câmara, igualmente em exame conjunto (PLCs 108/2009 e 296/2009), que tratam da transferência dos feriados que ocorrerem no meio da semana.



Projeto de José Agripino prevê comemoração em 25 de outubro

## Vanessa Grazziotin lamenta morte de operário em estádio

A morte do operário Antonio José Pita Martins, na sexta-feira, foi lamentada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Ele foi atingido por guindaste utilizado nas obras da Arena da Amazônia, estádio que vai sediar jogos da Copa do Mundo em Manaus. A senadora contou que o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas fez uma manifestação em homenagem ao operário e pedindo às construtoras mais segurança para todos os trabalhadores.

Vanessa também informou que a presidente Dilma Rousseff deve ir na quinta-feira a Manaus participar da solenidade do PAC da Mobilidade Urbana e inaugurar um conjunto de mais de 5 mil casas populares do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A senadora lamentou ainda a morte, na segunda-feira, do cinegrafista Santiago Andrade, da TV Bandeirantes, que foi atingido, na quinta-feira passada, por um rojão enquanto filmava uma manifestação no Rio de Janeiro.

— Entendo que as manifestações são positivas. No entanto, atitudes, atos como esse devem ser condenados e punidos rigorosamente.



Mídia NINJA



A recente regulamentação do uso da maconha no Uruguai é citada por senadores como caso a ser analisado pelos brasileiros

# Legalização da maconha recebe 20 mil apoios on-line

Proposta apresentada por internautas no Portal e-Cidadania pode ser transformada em projeto de lei na Comissão de Direitos Humanos, mas questão é polêmica entre senadores, que sugerem debates

A IDEIA DE um projeto para regulamentar o uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha foi apresentada pela sociedade no Portal e-Cidadania do Senado. A proposta recebeu mais de 20 mil apoios e, assim, segundo as normas, foi enviada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Cabe aos senadores decidir se será transformada em projeto de lei.

Na justificativa da proposta, há o argumento de que o mercado da maconha sem regulamentação gera violência, crimes e corrupção. Os defensores argumentam que a maconha deve ser regularizada, como bebidas alcoólicas e cigarros, para cultivo caseiro, registro de clubes de cultivadores, licenciamento de estabelecimentos de cultivo e de venda de maconha no atacado e no varejo e regularização do uso medicinal.

No Senado, o assunto divide opiniões. Eduardo Suplicy (PT-SP) propõe audiências públicas para ouvir especialistas. — Quais são as vantagens de termos a possibilidade de uma regulamentação à luz, inclusive, da legislação que recentemente foi iniciada em inúmeros países, entre os quais o Uruguai? É uma tendência que merece ser seriamente estudada.

A senadora Ana Amélia

(PP-RS) é também defensora de debates, mas sem o compromisso de apresentação de um projeto de lei. Ela acredita que o interesse pela questão aumentou depois de o Uruguai ter uma lei que institui e regula o mercado de maconha no país.

— Nós, no Brasil, temos uma periferia tomada por drogas. Diziam sempre que o cigarro era a porta de entrada para outras drogas e agora a maconha pode ser a porta de entrada para outras drogas mais baratas e mais letais, como o crack — disse a senadora.

## Experiências

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) também defende um debate. Para ele, a discussão deve ter como parâmetro o que acontece em outros países. — Eu acho que o Brasil tem que debater à luz das experiências no mundo, principalmente no que diz respeito à segurança e à saúde pública. Há experiências nos Estados Unidos, no Uruguai e na Europa — afirmou Randolfe.

Para outros senadores, a regulamentação do uso da maconha no Brasil não merece ser debatida no Senado. O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), disse que, além de ser contrário à proposta, há temas mais relevantes em discussão. Alvaro Dias (PSDB-PR) tem opinião semelhante:

— Acho que não devemos flexibilizar a legislação em relação ao uso da maconha. É estimular o vício e dar origem a vícios ainda mais perversos.

Paulo Davim (PV-RN) acrescentou que a maconha pode causar danos a pulmões, coração e cérebro.

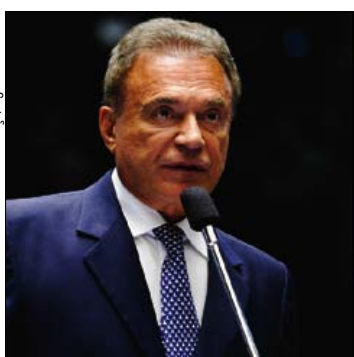
— Se nós estamos numa campanha árdua para diminuir o número de tabagistas, seria uma incoerência concordarmos com a liberação dessa substância.

A regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha foi um dos assuntos mais comentados pelos cidadãos que acessaram o serviço Alô Senado na segunda-feira. A maioria das ligações veio de pessoas que acreditam que a liberação da maconha pode diminuir a violência resultante do tráfico de drogas e que o uso medicinal vai trazer benefícios à população.

Pedro Merçon Silva, de Niterói (RJ), sugeriu que o tema seja discutido em audiência pública. Yris Maria Silva dos Santos, de Santo Amaro (BA), afirmou que normas para o uso da maconha podem reduzir os índices de violência no país. Lucas Vinícius Orico, de Jundiá (SP), disse que o plantio de maconha para o uso pessoal vai enfraquecer o tráfico de drogas.

# Alvaro Dias apoia greve da Polícia Federal

Pedro França/Agência Senado



Alvaro diz que a Polícia Federal não tem merecido o respeito do governo

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou apoio à greve de 24 horas realizada ontem por agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal, que reivindicam melhores salários e condições de trabalho. Segundo a Federação Nacional dos Policiais Federais, os salários dessas categorias não são reajustados há sete anos e

a defasagem acumulada no período chega a 45%.

O movimento também denuncia o que os servidores do órgão qualificam de sucateamento da Polícia Federal.

— O sucateamento da Polícia Federal é um desserviço à sociedade brasileira, é um prêmio à corrupção, é, sobretudo, a celebração da impunidade — afirmou.

# Comissão ouvirá deputados sobre violência contra mulher

Conscientizar homens para que não cometam abusos contra as mulheres é o objetivo da frente de deputados estaduais que visitará a Comissão de Direitos Humanos (CDH) amanhã, às 9h.

Em debate com os senadores da CDH, a frente fará relato sobre a atuação no enfrentamento da violência doméstica e familiar.

A audiência será aberta ao

público. Também é possível participar do debate enviando comentários ao Portal e-Cidadania.

**PARTICIPE AMANHÃ ÀS 9h**

- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CDH13FEV14>
- ▶ **Portal e-Cidadania:** [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)
- ▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/ecidadaniaSF)
- ▶ **Twitter:** [@e\\_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania)
- ▶ **TV:** [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

# Produção de submarino nuclear brasileiro é tema de audiência

A produção do primeiro submarino brasileiro com propulsão nuclear será debatida amanhã, às 10h, em audiência pública interativa da Comissão de Relações Exteriores (CRE). Senadores e convidados vão tratar do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) da Marinha.

O principal convidado é o coordenador-geral do

Prosub, o almirante de esquadra Gilberto Max Roffé Hirschfeld.

**PARTICIPE AMANHÃ ÀS 10h**

- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/Prosub>
- ▶ **Portal e-Cidadania:** [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)
- ▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/ecidadaniaSF)
- ▶ **Twitter:** [@e\\_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania) #CRESenado #PROSUB
- ▶ **TV:** [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

# Ana Amélia: fundo penitenciário não pode ter contingenciamento

Ana Amélia (PP-RS) anunciou projeto que proíbe o contingenciamento pelo governo de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Segundo ela, têm sido prejudicados repasses de verbas para que estados construam ou reformem estabelecimentos penais. A senadora observou que, nos últimos 13 anos,



Pedro França/Agência Senado

dos R\$ 4,5 bilhões autorizados no Orçamento da União para o Funpen, apenas R\$ 1,9 bilhão foi desembolsado.

— Mais da metade das receitas (63,68%) do Funpen são formadas por loterias e apostas — disse.

O projeto (PLS 25/2014 — Complementar) aguarda relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Moreno Camargo/Abi

Mobilização contra aumento de passagens precedeu protestos de junho

# Reajuste de tarifa de transporte deve ficar mais transparente

Projeto que facilita o controle da população sobre a composição das tarifas do transporte coletivo será avaliado hoje em reunião da Comissão de Infraestrutura (CI) marcada para as 7h30. Pelo texto do PLC 50/2013, do deputado Ivan Valente (PSOL-SP), o poder público será obrigado a divulgar os dados que norteiam as mudanças de tarifas do serviço.

Favorável à proposta, o relator da matéria na CI, senador

Inácio Arruda (PCdoB-CE), lembra que as manifestações em diversas capitais em junho de 2013 ocorreram justamente em função de aumentos tarifários do transporte público.

Para o senador, “a proposta também contribui para aprimorar a capacidade da sociedade de fiscalizar com maior rigor os serviços de transporte urbano”.

Caso seja aprovado na CI, o PLC 50/2013 segue para o Plenário do Senado.





Autor da proposta, o senador licenciado Marcelo Crivella (E) fala na sessão do Congresso que promulgou a emenda

## Médicos militares poderão atuar também na área civil

Foi promulgada ontem emenda constitucional que pretende evitar evasão de profissionais de saúde das Forças Armadas e melhorar o atendimento a populações distantes dos grandes centros urbanos

A EMENDA CONSTITUCIONAL 77, que permite aos militares da área de saúde exercerem outro cargo semelhante no serviço público civil, foi promulgada ontem.

A mudança na Constituição deve evitar a constante evasão de profissionais das Forças Armadas devido à impossibilidade de exercício de outro cargo. Deve também melhorar o atendimento a populações de regiões de fronteira e distantes dos grandes centros urbanos.

A Emenda 77 é resultante da Proposta de Emenda à Constituição 122/2011, do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ). Na sessão de promulgação ontem,

Crivella ressaltou o fato de o benefício ter reflexo direto nas corporações policiais, incluindo o corpo de bombeiros dos estados.

O presidente do Congresso, Renan Calheiros, disse que a emenda não tem a pretensão de resolver toda a carência de atendimento médico no país. No entanto, segundo ele, vai conter a escalada de desligamento de médicos militares e permitir um alívio a localidades onde há escassez de pessoal.

— Com a aprovação do Congresso, o governo federal fez o Programa Mais Médicos, mas a Câmara e o Senado fizeram o “Muito Mais Médicos”, pois a aprovação da PEC vai permitir que

mais de 20 mil profissionais possam acumular outro cargo público no âmbito civil. Sem a emenda, isso não seria possível — informou o senador, sugerindo que profissionais militares da área da educação tenham direito semelhante.

Para o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, em um país onde faltam médicos é adequado dar o mesmo tratamento constitucional a militares e a civis.

— Até demoramos muito tempo para tornar isso uma realidade — constatou Alves.

A PEC 122 alterou três incisos do parágrafo 3º do artigo 142 da Constituição.

## Couto: “Mais Médicos trouxe ditadura”



Mário Couto afirma que médicos cubanos estão sendo enganados

Mário Couto (PSDB-PA) criticou ontem o Programa Mais Médicos, que contrata profissionais de saúde em outros países da América Latina, entre eles Cuba, para trabalharem no Brasil. O senador lembrou que, na época do lançamento, avisava que o Mais Médicos não resolvia o problema da saúde do país, intimidava os médicos brasileiros e representava a desvalorização da classe profissional. Também chamava a atenção para a forma de contratação e o pagamento de R\$ 10 mil,

porque, segundo ele, apenas R\$ 800 eram repassados para os médicos, ficando o restante para o governo cubano.

Na opinião do senador, o governo brasileiro trouxe a ditadura cubana para o Brasil. Para ele, os médicos cubanos que participam do programa são enganados.

— Olhem como escravizam! Isso é uma escravidão, principalmente neste país, onde a inflação já é galopante, o que o PT esconde. O PT mente ao dizer que não há inflação neste país — afirmou Couto.

## Projeto isenta desempregados de pagar taxas em concursos

Desempregados e trabalhadores com renda familiar mensal igual ou inferior a dois salários mínimos (R\$ 1.448 em valor atual) poderão ficar livres do pagamento de inscrição em concurso público. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve votar hoje substitutivo de Inácio Arruda (PCdoB-CE) à PEC 79/2011, de Humberto Costa (PT-PE), que prevê a isenção.

Além de eliminar do texto original da PEC a garantia de gratuidade nos exames pré-admissionais em caso de aprovação em concurso, o



Arruda fez substitutivo que prevê renda familiar como referência

substitutivo determinou que a renda de referência para isenção da taxa de inscrição em concursos seja a familiar, e não a individual.

## Texto torna crime hediondo a exploração sexual de criança

A exploração sexual de criança, adolescente ou vulnerável pode se tornar crime hediondo. O enquadramento na Lei 8.072/1990 é defendido em projeto (PLS 243/2010) de Alfredo Nascimento (PR-AM) em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A intenção é tornar a punição mais rigorosa, com ampliação do prazo mínimo para concessão de benefícios como o livramento condicional e a progressão de regimes (de fechado para



Objetivo de projeto de Nascimento é punir o crime com mais rigor

semiaberto e aberto), além de impossibilitar o pagamento de fiança e anistia.

## Casildo informa que prefeitos debatem pacto federativo

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que ontem foi aberto, em Santa Catarina, o 12º Congresso Catarinense de Municípios. Durante três dias, prefeitos e assessores vão debater questões como um novo pacto federativo que reestruture a forma de arrecadação e distribuição dos tributos, dando autonomia aos municípios.

— Qualquer senador ou deputado federal convive quase diariamente com a verdadeira romaria de prefeitos à capital federal,



Senador anuncia congresso de prefeitos em Santa Catarina

buscando saídas para investimentos em soluções sociais — disse o senador.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Órgão de divulgação do Senado Federal**

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



# Avança projeto que amplia acesso de deficientes a bancos

Texto aprovado ontem prevê que pelo menos 5% dos equipamentos em agência estejam em ponto acessível a usuários de cadeiras de rodas e tenham sistema que permita a utilização por cegos

PELO MENOS 5% dos terminais de atendimento bancário — no mínimo um por agência — deverão estar equipados com sistemas para pessoas cegas e acessíveis para pessoas em cadeira de roda, segundo projeto aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), que segue agora para votação em outras cinco comissões.

O texto, que também amplia o acesso de cegos a livros adquiridos por programas governamentais, é um substitutivo de Eduardo Amorim (PSC-SE) aos Projetos de Lei do Senado (PLSs) 129/2007, 24/2008, 111/2008 e 278/2012.

De acordo com o substitutivo, bancos e operadoras de cartão de crédito devem ofe-



Proposta garante que pelo menos um terminal por agência seja acessível

recer atendimento adequado a pessoas com deficiência auditiva, como atendimento pela internet e cadastramento de representante legal para acessar serviços telefônicos de atendimento ao consumidor.

## Audiolivros

O substitutivo estabelece que livros adquiridos pelo poder público, como os do Programa Nacional do Livro Didático e do Plano Nacional do Livro e Leitura, sejam disponibilizados em portal na internet em formato digital passível de conversão para áudio. O relator afirma que a mudança proposta à Lei de Acessibilidade (Lei 10.098/2000) não vai onerar significativamente os cofres

públicos, uma vez que já existem programas de computador de domínio público que fazem a sintetização de voz para conversão dos livros em áudio.

Os títulos também devem ser disponibilizados com formatação adequada para a impressão no sistema braile e depois colocados à disposição de bibliotecas públicas, escolas e entidades que representam pessoas com deficiência.

A proposta será analisada ainda pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Assuntos Sociais (CAS), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Direitos Humanos (CDH).

## Mais rigor contra empresa de turismo que ferir direito do consumidor

Empresa de turismo que desprezar direitos do consumidor e a legislação ambiental poderá ficar sujeita à suspensão de benefícios como créditos oficiais, além do pagamento das multas já previstas. Em caso de reincidência, o cadastro poderá ser cancelado no Ministério do Turismo, impedindo-a de acessar financiamento público por cinco anos, inclusive do Fundo Geral de Turismo (Fungetur).

Essas medidas estão previstas no PLC 18/2013, aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O projeto prevê ainda que a empresa punida com cancelamento de cadastro só poderá voltar a funcionar depois de cumprir as penalidades previstas em lei.

— A medida estimula o

prestador de serviços turísticos a cumprir as penalidades impostas e, principalmente, a fazer cessar os motivos da aplicação da penalidade no menor prazo possível — disse a relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O projeto prevê ainda que o cadastro de informações do Ministério do Turismo, no qual são registradas as infrações cometidas pelos prestadores de serviços turísticos e as penalidades aplicadas, seja publicado na internet e nos órgãos, em todas as esferas de governo, de defesa do consumidor e de proteção do meio ambiente.

A proposta foi apresentada pelo deputado Rogério Carvalho (PT-SE) e agora segue para as Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).



Relatora, Vanessa Grazziotin deu parecer favorável à aprovação do projeto



Amorim apresentou texto substitutivo a cinco projetos de lei do Senado

## Municípios não têm plano para o lixo

Foi aprovado ontem o plano de trabalho da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, que fará o levantamento das ações já implementadas nos municípios para o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei 12.305/2010.

Segundo explicou o presidente da subcomissão, Cícero Lucena (PSDB-PB), a lei determina a elaboração de planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, prevendo a eliminação dos lixões até 2 de agosto e a implantação de medidas para a coleta seletiva e a adoção de sistemas de logística reversa.

De acordo com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), apenas uma pequena parcela das cidades conseguiu concluir o plano. Para conhecer as dificuldades enfrentadas

para o cumprimento da lei, serão realizadas duas audiências públicas com técnicos dos Ministérios do Meio Ambiente, das Cidades e da Saúde, além de representantes da CNM, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

— Sabemos que um dos grandes problemas dos municípios é a falta de quadros técnicos, mas também existem as dificuldades financeiras — adiantou o senador.

Estão previstas ainda outras três audiências públicas para tratar de temas como a coleta seletiva, a inclusão de catadores, a implantação de sistemas de logística reversa e as soluções inovadoras para a reciclagem de resíduos sólidos.

— Queremos conhecer os números dos [municípios] que já fizeram o plano e que estão atuando no cumprimento dessa legislação, mas também queremos levantar quais são os desafios, que alternativas devemos propor em termos de ajuda financeira [às prefeituras] — explicou Cícero.

Ainda na reunião desta terça-feira, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) foi indicada relatora da subcomissão em substituição a Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). O vice-presidente é Eduardo Amorim (PSC-SE).



A proteção e a exploração sustentável do Pantanal mato-grossense preocupam Blairo e Delcídio



## Proteção do Pantanal será debatida

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) promoverá um ciclo de debates sobre um novo marco legal para a proteção e a exploração sustentável do Pantanal. Requerimento nesse sentido, apresentado por Blairo Maggi (PR-MT) e Delcídio do Amaral (PT-MS), foi aprovado em reunião ontem.

O objetivo dos parlamentares é ajudar a construir uma legislação que assegure a conservação das paisagens e da biodiversidade do Pantanal, bem como a manutenção da cultura regional e o desenvolvimento econômico e social da região.

O ciclo de debates será realizado em Brasília, Campo Grande e Cuiabá, em data ainda a ser confirmada, e terá a participação de autoridades estaduais e municipais, representantes do setor empresarial, de entidades

educacionais e outros segmentos da sociedade.

A comissão também discutirá a preservação da Floresta Nacional de Brasília, conforme requerimento de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) aprovado ontem. O senador sugere que sejam convidados, entre outros, Roberto Vizentin, presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e Carlos Guedes, presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Foi aprovado ainda requerimento de Eduardo Amorim (PSC-SE) para que a CMA discuta o impasse em torno da continuidade do Projeto Carnalita, em Sergipe. Ele explica que a exploração do minério, do qual se extrai o cloreto de potássio, está em disputa entre os municípios de Japarutuba e Capela.



Cícero quer conhecer dificuldades dos municípios



Wilson Dias/ABR



Vinda da ministra Ideli Salvatti ajudará a esclarecer dúvidas sobre os critérios de liberação de emendas, diz Lobão Filho

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



## Congresso quer explicações sobre liberação de emendas

Portarias editadas pelo governo causaram apreensão entre senadores e deputados, que temem dificuldades no repasse de recursos das emendas parlamentares do orçamento impositivo

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) deverá votar amanhã, como item extrapauta, requerimento para que a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, compareça ao colegiado para explicar como o governo pretende fazer a liberação das emendas ao orçamento impositivo. A reunião da comissão começa às 15h.

No dia 7, o Executivo editou portarias em que explica as regras a serem seguidas na liberação das emendas, o que causou apreensão em alguns parlamentares, os quais consideram que o governo poderia criar dificuldades no repasse dos recursos. Dessa forma, a vinda da ministra ao colegiado servirá para esclarecer o tema, explicou o presidente da comissão, senador Lobão Filho (PMDB-MA), após reunião de líderes na CMO.

Os órgãos do Executivo indicados para receber recursos de emendas parlamentares individuais terão até 8 de maio para relatar à Secretaria

de Relações Institucionais os possíveis impedimentos técnicos para execução das obras. As regras constam das Portarias Interministeriais 39 e 40, de 2014, que regulam a aplicação de R\$ 8,7 bilhões em emendas individuais, metade do montante destinado a ações em saúde, previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA — Lei 12.954/2014). A legislação eleitoral impede que as emendas sejam executadas até três meses antes do primeiro turno das eleições (4 de julho).

### Empenhos

Outro item que poderá ser votado pela comissão, e sobre o qual não há consenso, é o requerimento em que o deputado Danilo Forte (PMDB-CE) pede a convocação do ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, para que preste esclarecimentos sobre os critérios utilizados nos empenhos das emendas.

O deputado alega que o Ministério das Cidades poderia ter utilizado “critérios pouco

claros para a realização dos empenhos das emendas, privilegiando algumas em detrimento de outras”.

Na mesma reunião, a CMO deverá examinar também uma pauta de 13 itens, entre os quais, os avisos com a prestação de contas do governo Lula de 2009, as contas do TCU no mesmo exercício e a prestação de contas do primeiro ano do governo Dilma Rousseff (2011), todos com parecer pelo arquivamento.

### Nova composição

Na segunda quinzena de fevereiro, a Mesa do Congresso fixará as representações dos partidos e blocos parlamentares na CMO, observado o critério da proporcionalidade partidária.

Até o quinto dia útil de março, os líderes indicarão ao presidente da Mesa do Congresso os membros titulares e suplentes em número equivalente à proporcionalidade de suas bancadas. (Com informações da Agência Câmara)

### Jayne Campos destaca homologação de aeroporto no interior

Jayne Campos (DEM-MT) comemorou a homologação do Aeroporto de Porto Alegre do Norte, em Mato Grosso, agora liberado para operar.

— Hoje, temos condições de operar não só aviação de pequeno porte, mas de médio e grande porte. São políticas públicas como essa que nos dão certeza de que poderemos melhorar nosso país — disse.

O parlamentar contou que a pista foi asfaltada e sinalizada com recursos da prefeitura e de empresários e que será importante para atender casos de emergência envolvendo aviões que circulam pela região.



Pedro França/Agência Senado

### Paim crê em votação rápida da repactuação das dívidas de estados

Paulo Paim (PT-RS) acredita ser possível votar a proposta que repactua as dívidas de estados e municípios com a União antes do Carnaval, mesmo com o prazo de 30 dias para que as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos analisem o projeto.

Paim frisou que os índices atuais de correção das dívidas inviabilizam o cumprimento de obrigações de estados e municípios. O senador lembrou que a fórmula usada atualmente remonta “ao tempo da inflação que ultrapassava os 100%, o que não cabe mais”.



José Cruz/Agência Senado

### Humberto Costa lista ações que melhoraram vida do brasileiro

O novo líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), enumerou ontem ações do governo federal que melhoraram a qualidade de vida dos brasileiros, especialmente os mais pobres, historicamente excluídos, segundo ele.

Mais empregos, redução da miséria, expansão do ensino superior, acesso à moradia e qualificação de jovens são algumas medidas de inclusão social dos governos do PT, ressaltou.

— Isso é que é o novo: uma mudança construída depois de cinco séculos de muito atraso. Todo o resto é retórica — afirmou.



Pedro França/Agência Senado

### Flexa Ribeiro acusa governo Dilma de reciclar promessas

O governo federal está preparando o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento 3 (PAC 3) sem concluir as obras das etapas anteriores, segundo Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O senador afirmou que a maior parte do que vem sendo prometido desde 2007 nunca saiu do papel:

— A transposição do Rio São Francisco, a Ferrovia Norte-Sul e a Refinaria Abreu e Lima. Obras anunciadas nas etapas anteriores que não ficam prontas ganham nova roupagem em um prazo elástico para acabar. É a máscara da reciclagem das promessas.



Pedro França/Agência Senado

### Blairo Maggi participa da abertura da colheita em Mato Grosso

Blairo Maggi (PR-MT) relatou participação ontem, com a presidente Dilma Rousseff, da abertura da colheita 2013-2014 em Lucas do Rio Verde (MT).

Ao comemorar o aumento da produtividade de soja, Blairo defendeu mais investimentos na melhoria e ampliação das rodovias e ferrovias.

Segundo ele, Dilma informou que será lançado em breve o edital para construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, ligando Lucas do Rio Verde a Uruaçu (GO).

— Há grande expectativa em torno da implantação da ferrovia, algo que deve trazer fôlego aos produtores, que enfrentam grandes dificuldades na hora de escoar a produção — disse.

## Empréstimos de US\$ 260 milhões para estados serão votados dia 18

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) começou a discutir ontem autorização para operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Rio Grande do Sul (US\$ 200 milhões) e o Paraná (US\$ 60 milhões). As autorizações devem ser votadas pela CAE no dia 18, sendo encaminhadas ao Plenário em seguida.

No Rio Grande do Sul, o objetivo é contribuir para o equilíbrio fiscal. O relator, José Pimentel (PT-CE), manifestou-se favoravelmente. Ana Amélia (PP-RS) anunciou voto favorável, mas disse que o empréstimo não resolverá a situação financeira do estado, que comparou à de um paciente em coma. Segundo

ela, a solução é aprovar o projeto de lei da Câmara (PLC 99/2013) que reduz os encargos das dívidas dos estados.

Os recursos para o Paraná serão usados no Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana — Família Paranaense. Cyro Miranda (PSDB-GO) leu relatório favorável.

Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou o PLC 99/2013 fundamental para enfrentar a asfixia financeira dos estados. Para ele, a troca do Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI) pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com redução dos juros reais, significará para o Paraná uma economia de R\$ 14 bilhões até 2028.



Lindbergh Farias e Luiz Henrique: presidente e vice-presidente da comissão

### Luiz Henrique é eleito para a vice-presidência da CAE

Luiz Henrique (PMDB-SC) foi eleito ontem, com 14 votos favoráveis e 1 abstenção, vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ele substitui Sérgio Souza, suplente de Gleisi Hoffmann (PT-PR), que reassumiu o mandato recentemente, deixando o cargo de ministro-chefe da Casa Civil.

O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), disse que ter Luiz Henrique como vice lhe dará “muita tranquilidade” neste ano de eleições, em que ele vai se candidatar a governador do Rio de Janeiro.

Senadores de vários partidos destacaram as qualidades políticas e pessoais do colega eleito.